



Renan: sem regra, Senado não votará processos de cassação

A responsabilidade de declarar a perda de mandato de parlamentar condenado dominou os debates na sessão de ontem. PEC da perda automática está na pauta de setembro

Liminar do STF suspendendo a votação da Câmara que manteve o mandato do deputado condenado Natan Donadon gerou debate ontem no Plenário do Senado. O presidente da Casa, Renan Calheiros, afirmou que não cabe a nenhuma das Casas do Legislativo rever, repetir

ou validar julgamentos. Ele confirmou para o período entre 16 e 20 de setembro a apreciação da PEC 18/2013, de Jarbas Vasconcelos, que estabelece a perda automática de mandato para o parlamentar condenado. Renan acredita que quem perdeu direitos políticos não pode exercer mandato popular **6**



Renan Calheiros, Cristovam Buarque e Valdir Raupp durante a sessão em que se debateu a perda de mandato de condenados

Waldemir Barreto/Agência Senado

Marco Civil da Internet sofre críticas de empresas de telecomunicação **5**

Professor universitário precisará ter doutorado **7**

Comissão dá destinação social a madeira ilegal apreendida **8**

MP do Mais Médicos poderá criar carreira de Estado **7**



Vanessa Grazziotin preside a primeira reunião da CPI da Espionagem, entre Pedro Taques (E) e Ricardo Ferraço

Lia de Paula/Agência Senado

MP da cana inclui concessão de táxi e porte de arma **3**

Avança proposta que obriga escolas a ter biblioteca **7**

Limite de oito anos de mandato para dirigentes esportivos **7**

CPI quer proteção policial para americano

A CPI da Espionagem iniciou ontem os trabalhos com a escolha de Vanessa Grazziotin como presidente, Pedro Taques como vice-presidente e Ricardo Ferraço como relator. Na mesma reunião, a comissão parlamentar de inquérito decidiu que solicitará à Polícia Federal proteção para

o jornalista americano Glenn Greenwald e o companheiro dele, o brasileiro David Miranda. Greenwald publicou reportagens revelando que o governo dos Estados Unidos monitora telefonemas e e-mails de cidadãos de vários países, inclusive do Brasil. **4**

Governo diz que não aceita abater dívidas dos estados

O secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, disse que o governo apoia o projeto que reduz os encargos das dívidas dos estados com a União, mas rejeita as

emendas que incluem descontos no valor devido pelos governadores. Segundo ele, as dívidas dos estados caíram de 17,5% do PIB para 9,9% em 11 anos. **2**

Ao lado do senador Lindbergh Farias, o secretário do Tesouro, Arno Augustin, fala na Comissão de Assuntos Econômicos sobre as dívidas de estados e municípios e os empréstimos que eles obtêm no exterior



Pedro Franco/Agência Senado

Valores devidos pelos estados caíram de 17,5% do PIB para 9,9% em 11 anos. De acordo com secretário do Tesouro, governo apoia projeto que alivia correção das dívidas, mas rejeita emenda que concede abatimento



O secretário do Tesouro, Arno Augustin, fala em audiência, observado pelos senadores Sérgio Souza e Lindbergh Farias

Dívidas de estados estão em queda, diz Tesouro

AS DÍVIDAS LÍQUIDAS de estados caíram de 17,5% para 9,9% do produto interno bruto (PIB) nos últimos 11 anos, segundo dados apresentados pelo secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, ontem, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O secretário falou sobre as autorizações para obtenção de empréstimos externos. Ele procurou tranquilizar os senadores quanto à observância de limites legais, estabelecidos em resolução do Senado e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Os pedidos dos estados e municípios são encaminhados inicialmente à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para uma análise técnica. Só depois dessa etapa é que são enviados ao Senado. Aprovado na CAE, o projeto de resolução é encaminhado para votação no Plenário do Senado.

Pedro Taques (PDT-MT) informou que 10 de 36 pedidos de autorização de empréstimos externos apresentados à CAE nos últimos meses apresentavam avaliações de situação fiscal “fraca” ou “muito fraca” e de risco de crédito “alta” ou “muito alta”. Mesmo assim, as

mensagens relativas a esses empréstimos foram encaminhadas ao Senado e aprovadas.

Taques questionou o secretário da STN quanto à possibilidade de se estar transferindo a responsabilidade do problema para os próximos administradores, já que, nos pareceres, o Tesouro, mesmo informando que “esses estados não conseguirão pagar os empréstimos”, recomenda o envio dos pleitos ao Senado.

Augustin garantiu que todos os pedidos são exaustivamente examinados pela STN e que os pedidos com parecer técnico contrário não são encaminhados ao Senado. A classificação de risco, acrescentou, é uma indicação de “efeitos educativos” para os estados.

Encargos

Blairo Maggi (PR-MT), que foi governador de Mato Grosso entre 2003 e 2010, afirmou que a STN naquele período demonstrava rigor na análise dos pleitos de estados e municípios para contratar empréstimos. Ele perguntou a Augustin se esses critérios foram flexibilizados ou se a situação dos entes federados melhorou.

O secretário usou o exemplo de Mato Grosso para demonstrar a melhoria da posição dos entes federados: a dívida consolidada líquida do estado, que chegou a corresponder a duas vezes a receita corrente líquida em 2001, caiu à metade em 2010.

Vários senadores citaram a necessidade de reduzir os encargos das dívidas estaduais e municipais. O caminho para isso, de acordo com o secretário, é a Câmara e o Senado aprovarem o PLP 238/2013, que troca o indexador da dívida, passando-o do IGP-DI para o IPCA. Os juros fixos se reduziram de 6% a 9% para 4% ao ano.

Augustin disse aos senadores que o projeto tem apoio da maioria dos estados, mas um dos obstáculos é a posição contrária do governo federal a emendas que buscam ampliar os benefícios para os estados, como a proposta de um desconto de 45% sobre o valor das dívidas.

O secretário mostrou-se contrário à redução, argumentando que a União já concedeu subsídios na renegociação que chegaram a R\$ 223,71 bilhões.

Secretário defende reforço dado a bancos oficiais

O secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, defendeu a política do governo de captar recursos no mercado para repassar aos bancos oficiais como empréstimos extraordinários.

Ele argumentou que as operações são parte da política de médio e longo prazo para que o Brasil possa crescer de forma sustentável. Com isso, os bancos públicos podem financiar a expansão da capacidade instalada da economia e um crescimento mais forte e sólido.

— Estamos absolutamente tranquilos com essa política — afirmou Augustin.

Emissões de títulos públicos

para captar recursos e abastecer bancos oficiais passaram a ser frequentes após a crise financeira de 2008. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa são os maiores beneficiários. Os críticos mencionam o impacto negativo sobre as contas públicas, já que os recursos são emprestados a taxas mais baixas ao setor privado.

— Não seria a mesma coisa de termos um cunhado quebrado que toma empréstimo no cheque especial a juros altíssimos, no curto prazo, e empresta a juros baixos a longo prazo? — indagou Pedro Taques.

Bahia obterá do BID empréstimo de US\$ 45,2 milhões

Vai para promulgação operação de crédito externo, aprovada ontem pelo Senado, entre a Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 45,2 milhões. Os recursos se destinam ao financiamento parcial do Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal (Profisco). Segundo o relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Anibal Diniz (PT-AC), o Profisco objetiva melhorar a eficiência e a transparência da gestão fiscal, visando incrementar a receita própria do estado, aumentar o controle do gasto público e melhorar os serviços ao cidadão.

Manifesto critica rejeição de indicados ao CNJ e ao CNMP

Pedro Taques (PDT-MT) informou ontem que 22 senadores assinaram um manifesto intitulado *A Rejeição das Rejeições no Senado Federal*, em que discordam da recusa, pelo Plenário, da indicação de Wellington Cabral Saraiva para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e de Vladimir Barros Aras para o Conselho Nacional dos Membros do Ministério Público (CNMP).

Para Taques, a rejeição de Saraiva, em agosto, foi motivada por uma clara retaliação ao procurador-geral da República, Roberto Gurgel, e só aconteceu devido à permanência do voto secreto. Para

Lídice da Mata (PSB-BA), a rejeição de Aras, em julho, ocorreu porque uma minoria no Senado deixou-se levar “pelo sentimento de vingança e mesquinharia”. Nas duas ocasiões, diversos senadores se manifestaram contrários à rejeição, o que os levou a defender, no manifesto, o voto aberto.

“O voto secreto que segue a sabatina foi eleito para afastar qualquer tipo de pressão que possa vir de outros Poderes ou setores. Ele não pode se desvalorizar em espaço de ressentimentos”, diz trecho do manifesto lido por Taques em Plenário.

JOÃO RIBEIRO REASSUME MANDATO APÓS TRATAMENTO DE LEUCEMIA

João Ribeiro (PR-TO) reasumiu o mandato ontem, após ter-se licenciado por quase sete meses para tratamento de um tipo raro de leucemia.

O senador recebeu um transplante de medula óssea no início do ano, em São

Paulo, e passou também por sessões de quimioterapia. No gabinete, o parlamentar informou à Agência Senado que está em fase de recuperação, mas mesmo assim obteve autorização médica para participar dos trabalhos legislativos.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Perda de mandato

14h Na sessão deliberativa, discussão, em primeiro turno, da proposta de perda de mandato de parlamentar condenado.

PRESIDÊNCIA Franchising

11h30 O senador Renan Calheiros recebe a diretora-presidente da Associação Brasileira de Franchising, Maria Cristina Franco; às 12h, participa de lançamento do aplicativo Senado Brasil – discursos históricos; e, às 16h, preside a ordem do dia.

CI Aviação civil

7h30 A Comissão de Serviços de Infraestrutura debate segurança operacional e o crescimento da aviação civil brasileira. Na segunda parte da reunião, examina projeto que reduz alíquotas de tributos incidentes em painéis fotovoltaicos e similares.

CAS Remédio a preço de custo

9h Na pauta, projeto que permite a venda de medicamentos a preço de custo para aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social. Outra proposta regulamenta a profissão de árbitro de futebol.

CCJ Minirreforma eleitoral

10h Proposta de minirreforma eleitoral deverá ser votada. Também na pauta, proposta de emenda à Constituição que altera a forma de escolha de membros dos tribunais eleitorais.

SISTEMA DE SAÚDE Relatório final

14h Apresentação do relatório final da comissão destinada a propor soluções ao financiamento do sistema de saúde.

CMO LDO 2014

14h30/18h30 Duas sessões para discussão do relatório final sobre o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 7h30, audiência pública da **Comissão de Serviços de Infraestrutura**; e, às 10h, reunião da **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MP de apoio a produtores de cana e álcool recebe diversos acréscimos

Medidas vão de hereditariedade para concessões de táxi a porte de armas para agentes prisionais; prazo de validade da MP 615 é 16 de setembro.

A COMISSÃO MISTA de análise da MP 615/2013 — que, entre outros assuntos, autoriza subvenção econômica a produtores de cana, permite a hereditariedade na concessão de táxis e reabre o prazo para adesão ao chamado Refis da Crise — aprovou ontem relatório apresentado pelo senador Gim (PTB-DF) transformando a medida em projeto de lei de conversão. A MP recebeu mais de 100 emendas, foi aprovada com quase 50 artigos e segue agora para votação no Plenário da Câmara dos Deputados.

Na comissão mista, originalmente, a medida autorizou o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011–2012 de cana-de-açúcar e de etanol da Região Nordeste afetados pela seca. O projeto autorizou também financiamento para renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros.

Por emenda, Gim estendeu os benefícios aos produtores do Paraná, que sofreram prejuízos com geadas. A subvenção será de R\$ 12 por tonelada de cana-de-açúcar — respeitado o limite de 10 mil toneladas. Estima-se que 18 mil produtores de cana-de-açúcar receberão a subvenção, com um custo da ordem de R\$ 122,2 milhões.

O texto original da MP também regulamentou o mercado de pagamento eletrônico. Passam a fazer parte do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), regido pela Lei 10.214/2001, os arranjos e empresas de pagamento que prestam serviço na área, como cartões de pagamento, moedas eletrônicas e transações de pagamento feitas por celular. Por não serem instituições financeiras, as bandeiras, administradoras e adquirentes de cartões de crédito não eram, antes da edição da MP, reguladas e fiscalizadas pelo Banco Central. A medida vem suprir a lacuna.



Gim (2º à esq.) cumprimenta Jucá após aprovação na comissão mista do relatório da MP, que recebeu mais de cem emendas

Outro ponto que constava da MP original foi a autorização para que a União emita títulos da dívida pública no valor máximo dos créditos da Eletrobras contra a Itaipu Binacional em favor da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Refis da Crise

Uma das principais mudanças do projeto de lei de conversão proposto por Gim foi a reabertura do prazo de adesão ao chamado Refis da Crise, programa instituído pela Lei 11.941/2009, que permite a renegociação de dívidas por empresas com débitos fiscais federais.

Pelo texto, contribuintes com dívidas vencidas na Receita Federal até 30 de novembro de 2008 que não tenham aderido ao Refis poderão fazê-lo até 31 de dezembro deste ano. O último prazo para adesão venceu em julho de 2011. Segundo o relator, a reabertura de prazo vai fazer “um bem enorme” a milhares de empresas brasileiras com dívidas federais que precisam de fôlego para manter investimentos.

Gim também agregou à proposta a possibilidade de municípios do Nordeste atingidos pela seca, onde foram

decretadas situações de emergência ou de calamidade pública a partir de 1º de dezembro de 2011, terem condições especiais de pagamento de empréstimos e financiamentos. Para essas cidades, em situação de adimplência, o prazo para pagamento será prorrogado em 20 anos, com 5 anos de carência e taxas de juros anuais de 3%. A estimativa do relator é beneficiar pelo menos 1.134 municípios nordestinos que se encontram em situação de emergência devido à estiagem.

Táxis

Outro tema polêmico incluído no PLV foi a possibilidade de o direito à exploração do serviço de táxi ser transferido, por herança, do titular aos familiares, durante o período de validade da concessão.

A hereditariedade já foi vetada duas vezes pela presidente Dilma Rousseff. O argumento do governo é que o Congresso Nacional não teria competência para legislar sobre o tema, de responsabilidade dos municípios. Gim explicou que o texto apresentado na comissão desta vez determina a hereditariedade sem entrar no âmbito das competências municipais.

A fim de favorecer o combate à violência contra a mulher, o texto passou a incluir também a autorização para que a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República contrate o Banco do Brasil para atuar na gestão de recursos, obras e serviços relacionados a projetos da rede integrada e especializada para atendimento da mulher vítima de violência.

Porte de armas

No relatório, Gim adicionou ainda autorização para que guardas prisionais, agentes penitenciários e integrantes de escolta de presos possam portar, fora de serviço, armas de fogo de propriedade particular ou fornecidas pela respectiva corporação ou instituição. A autorização é antiga reivindicação da categoria, que argumenta ser vítima de perseguição nas ruas em razão das funções que desempenha.

Após a aprovação do relatório na comissão mista, o senador pediu celeridade na apreciação da matéria pelos deputados, uma vez que a MP precisa ser votada também pelo Plenário do Senado até o dia 16 de setembro, ou então perderá a validade.

Votação da LDO 2014 é adiada para a próxima semana

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) adiou para quarta-feira a votação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO (PLN 2/2013). O presidente do colegiado, senador Lobão Filho (PMDB-MA), informou ser o adiamento necessário para que o relator, deputado Danilo Forte (PMDB-CE), consolide as mudanças sugeridas pelos parlamentares e pelo Executivo.

Segundo Lobão Filho, Forte deve finalizar o novo relatório em até dois dias. O restante do prazo será utilizado para negociações entre os deputados e senadores da comissão.

(Da Agência Câmara)

Comissão aprova MP do Programa Minha Casa Melhor

A comissão mista que analisou a Medida Provisória 620/2013 — conhecida por MP do Minha Casa Melhor — aprovou ontem relatório de Ana Rita (PT-ES). O texto original autoriza a Caixa Econômica Federal a financiar móveis e eletrodomésticos para beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida. Ana Rita incluiu uma proposta que altera regras para certificação de entidades beneficentes e outra que muda a lei sobre desporto.

O texto reduz as exigências para certificação e renovação. Poderão ser certificadas as comunidades terapêuticas que prestam serviços de acolhimento e tratamento de dependentes químicos. Assim, elas ficarão aptas a receber recursos do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse caso, a prestação de serviços será pactuada com o gestor local do SUS, por meio de contrato, convênio ou congênere. Hoje, a lei prevê apenas convênios e congêneres.

Bauer diz que é preciso elevar teto do Supersimples



Paulo Bauer (PSDB-SC) pediu a revisão dos valores para enquadramento no Supersimples, sistema que reúne o pagamento de diversos tributos em uma única conta. Hoje, pode ser usado por companhias que faturam até R\$ 360 mil, se microempresas, e até R\$ 3,6 milhões, se pequenas empresas.

O senador afirmou que a inflação está levando as empresas a estourar o limite, sem que isso signifique um crescimento real. Ele assinalou também que as consequências para as empresas que participam do sistema poderão ser catastróficas, com a perda de negócios e de postos de trabalho.

Nascimento: lentidão do governo prejudica indústria

Alfredo Nascimento (PR-AM) reclamou da demora na aprovação de processos produtivos básicos (PPBs) da indústria de Manaus pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. De acordo com o senador, oito linhas de produção das empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus estão paradas aguardando a aprovação da documentação pelo ministério. Segundo ele, o órgão tem demorado mais de seis meses para analisar a documentação que libera a fabricação de alguns produtos.

Entre os itens cuja produção está sendo prejudicada, Nascimento citou óculos de sol, condicionadores de ar, turbinas hidrelétricas e plugues elétricos.

Para ele, a lentidão para liberar os PPBs impede que empresas implantem novas linhas de produção.

Para Ana Amélia, mudança no ICMS não foi benéfica



Ana Amélia (PP-RS) pediu mais empenho e entendimento entre o Executivo e o Legislativo em assuntos tributários. Ela deu o exemplo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Segundo a senadora, as alterações recentes na legislação sobre o assunto ficaram “pior que a encomenda” e não conseguiram produzir os efeitos desejados, como o fim da guerra fiscal, a redução da insegurança jurídica e um maior equilíbrio entre os estados.

— A proposta final não agradou e a emenda saiu pior que o soneto — disse ela, que elogiou o trabalho do relator da matéria, Delcídio do Amaral (PT-MS).

Medida foi a primeira tomada pela comissão de inquérito instalada ontem para investigar denúncias de espionagem feita pelos Estados Unidos no Brasil

CPI quer que PF proteja jornalista americano

INSTALADA ONTEM, A CPI da Espionagem decidiu pedir à Polícia Federal proteção para o jornalista americano Glenn Greenwald e o companheiro dele, o brasileiro David Miranda. Ambos vivem no Rio de Janeiro.

Greenwald foi o jornalista responsável por divulgar dados secretos coletados por Edward Snowden, ex-funcionário da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA). Segundo o jornalista, parte dos documentos em análise, que pode ser divulgada a qualquer momento, traz informações estratégicas sobre a política e o comércio do Brasil obtidas clandestinamente pelo governo americano.

Miranda foi recentemente detido no Aeroporto de Heathrow, em Londres. Ele foi interrogado por várias horas e teve telefone, computador, câmera e outros objetos pessoais apreendidos.

A decisão de pedir proteção policial foi tomada pela comissão parlamentar de inquérito por sugestão de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Pedro Taques (PDT-MT) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Na reunião de ontem, os três senadores foram escolhidos



Ferraço, relator da CPI, fala na instalação do colegiado, ao lado da presidente, Vanessa Grazziotin, e do vice, Pedro Taques

para liderar os trabalhos da CPI. Vanessa Grazziotin é a presidente e Pedro Taques, o vice-presidente. Ricardo Ferraço é o relator da comissão.

Empresas brasileiras

A CPI foi criada para investigar denúncia de que o governo americano monitorou milhões de e-mails e telefonemas no Brasil. Até a presidente Dilma Rousseff e assessores próximos teriam sido vítimas da espionagem.

Vanessa, que propôs a CPI, informou que a comissão investigará quais empresas de telecomunicação no Brasil colaboraram com os EUA por meio de transferência

de dados sigilosos e avaliará medidas para aumentar a segurança da informação.

Para a senadora, as interceptações ilegais de voz e dados feitas pelos Estados Unidos envolvem questões de soberania nacional, informações do governo e sigilos comerciais e empresariais.

Ela acredita que a CPI ajudará o Brasil a expandir o conhecimento sobre a real envergadura da espionagem e avaliar a capacidade de defesa cibernética do país.

Vanessa comunicou ainda que a comissão entrará em contato com o Parlamento da União Europeia e com o governo da Rússia, que também

investigam denúncias de espionagem norte-americana.

Para Taques, a questão da soberania é essencial na CPI. Segundo ele, a espionagem feita pelos EUA viola leis brasileiras e tratados internacionais.

Ferraço afirmou que a espionagem pode envolver interesses empresariais e industriais dos EUA. Ele lembrou que está em aberto a concorrência entre franceses, suecos e americanos para venda de 36 aviões de caça ao Brasil e que está marcado para outubro um importante leilão para exploração petrolífera na camada pré-sal.

— Vamos ouvir os Ministérios da Justiça, da Defesa e das Comunicações — disse.

Senadores se reunirão com ministro da Justiça para discutir problema

A CPI da Espionagem solicitará à Polícia Federal assessores para auxiliar os trabalhos de investigação.

A presidente da comissão, Vanessa Grazziotin, afirmou que os integrantes vão se reunir em breve com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, responsável por dar as primeiras respostas oficiais no que diz respeito à denúncia de monitoramento das comunicações da presidente Dilma Rousseff.

Os Ministérios das Comunicações e da Defesa, a Procuradoria-Geral da República e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) também serão contatados pela CPI.

Participaram ontem da reunião de instalação da CPI os senadores Roberto Requião (PMDB-PR), Ana Amélia (PP-RS), Pedro Simon (PMDB-RS) e Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP).

A próxima reunião da comissão está prevista para terça-feira.

Comissão buscará o apoio de Greenwald, afirma Vanessa

Vanessa Grazziotin disse que a CPI da Espionagem iniciará os trabalhos pela análise de documentos repassados ao jornalista Glenn Greenwald por Edward Snowden, que prestou serviços à NSA, agência de segurança norte-americana. Autora do pedido para criação da CPI, ela considera necessário um contato direto com Snowden, que está asilado na Rússia.

— Queremos trabalhar muito próximo ao jornalista Glenn na análise da documentação. Ter um encontro com Snowden também é fundamental.

O que precisamos é de mais dados, para depois continuarmos ouvindo essas pessoas. O principal agora é ir atrás de documentação que nos dê condições de desenvolver a investigação — explicou.

Na opinião de Vanessa, não há dúvida de que houve espionagem, devendo a CPI buscar a dimensão do fato, o modo como as interceptações foram feitas, a identificação das pessoas ou empresas que colaboraram e a compreensão sobre as implicações dos grampos em decisões políticas, comerciais e industriais.



Glenn Greenwald fala em audiência no Senado: para CPI, jornalista americano precisa de proteção policial

— Precisamos ampliar o leque do conhecimento sobre o fato, entender seu modus

operandi e analisar a situação de defesa do Estado, do país, da sua população e das suas

empresas — afirmou Vanessa.

Ela disse acreditar que o embaixador dos EUA no Brasil, Thomas Shannon, será convidado a falar à CPI, mesmo tendo recusado comparecer à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Questionada sobre as implicações políticas caso as interceptações fiquem comprovadas, Vanessa disse que a CPI não busca desestabilizar as relações com os EUA, mas saber com clareza o que está acontecendo e buscar os mecanismos para dar maior segurança às comunicações.

Para Figueiró, é preciso saber quais são as reais intenções dos Estados Unidos

Ruben Figueiró (PSDB-MS) pediu uma “atuação rigorosa” da CPI da Espionagem. Para o senador, os atos de espionagem praticados pelos EUA não atingem somente a presidente Dilma Rousseff — que teve telefonemas e e-mails interceptados —, mas, por meio dela, a própria soberania nacional. Ele afirmou ser imprescindível saber as verdadeiras intenções dos EUA.

Figueiró considerou “extremamente cautelosas” as reações do Palácio do Planalto e do Itamaraty sobre a denúncia de espionagem. Ele citou um artigo de



Waldemir Barreto/Agência Senado

autoria dele publicado pela mídia de Mato Grosso do Sul, com o título “Esqueceram Rio Branco”, sobre a “incipiência da diplomacia brasileira” no caso da fuga do senador boliviano Róger Pinto Molina para o Brasil e da demissão do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota.

— O Itamaraty não faz mais a gestão diplomática que lhe ensinara Rio Branco, ou seja, com propriedade para o momento, firmeza e respeito aos países com os quais temos reciprocidade, tanto política quanto econômica — afirmou.

Pinheiro sugere que Legislativo e Executivo criem grupo de trabalho conjunto

Walter Pinheiro (PT-BA) sugeriu ontem em Plenário ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que os Poderes Legislativo e Executivo criem um grupo de trabalho conjunto para tratar das denúncias de espionagem pelos Estados Unidos. Renan apoiou o encaminhamento de Pinheiro, que é membro da CPI da Espionagem.

Pinheiro sugere que trabalhem em conjunto os Ministérios da Justiça, das Comunicações, das Relações Exteriores e integrantes da CPI e das Comissões de Relações Exteriores da



Waldemir Barreto/Agência Senado

Câmara e do Senado. Para ele, a espionagem fere tratados internacionais, “agrave a privacidade do povo brasileiro, viola os direitos individuais e fere de forma irreparável nossa estrutura como nação”.

— O governo brasileiro não pode achar que vai enfrentar isso sem a participação do Parlamento nem o Parlamento enfrentar isso sem a participação do governo. São ações em que vamos ter de colocar o dedo na ferida de alguns tratados e assumir posições compartilhadas com outros países — destacou.

Em audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia, representantes do setor defendem mudanças no projeto, que está em análise na Câmara e logo deve chegar ao Senado

Empresas de telecomunicação temem prejuízos com Marco Civil da Internet

A REDAÇÃO ATUAL do projeto de Marco Civil da Internet (PL 2.126/2011, na Câmara) inibe investimentos das operadoras de telecomunicação, atrapalha a inclusão digital e privilegia alguns usuários em detrimento da maioria, além de tratar os sites de conteúdo de modo diferenciado e de dificultar a apuração de crimes digitais. Essa foi a opinião dos representantes das empresas que comercializam acesso à internet, durante debate, ontem, na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) sobre o projeto, que logo deverá chegar ao Senado.

Alexander Castro, diretor de Regulação do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil), disse que a entidade é favorável à neutralidade da rede, mas argumentou que o texto interfere no modelo de negócios, ao obrigar os provedores a comercializar exclusivamente planos de acesso total à internet. Hoje, as operadoras de celular vendem



Ao lado de Alfredo Nascimento (C), Alexander Castro (3º à esq.) afirmou que a proposta interfere no modelo de negócio

planos mais baratos para uso de redes sociais e e-mail, sem acesso a outros sites.

Segundo Castro, isso vai levar as operadoras a dimensionar a rede tendo como parâmetro perfis de uso mais intenso. Ele informou que, hoje, 25% dos internautas são responsáveis por 80% do tráfego de dados. O diretor do sindicato também criticou o projeto por permitir que provedores de conteúdo — como sites e aplicativos — guardem e monitorem dados, mas proibir que provedores de acesso façam o mesmo. Isso,

disse, dificultará a investigação de ilícitos.

João Moura, presidente-executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TelComp), ligada às empresas de telecomunicação, reforçou a queixa sobre a proibição de monitorar dados.

— Desde que preservada a privacidade dos usuários, os provedores de acesso poderiam ter o direito de fazer a guarda e o uso consentido dos registros de acesso e, a partir daí, criar serviços novos.

Moura disse que as operadoras de telefonia perderam receita com a queda no uso dos serviços tradicionais, como ligações telefônicas e mensagens de texto, de modo que precisam repor a receita com outros serviços.

— É importante que as operadoras possam continuar a inovar em seus modelos de negócios para garantir a sustentabilidade econômica, mas respeitando princípios básicos como a transparência no contrato com o consumidor e com os padrões de qualidade.

Texto tenta preservar a neutralidade

Representantes do governo apoiaram o projeto. Maximiliano Martinhão, secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, disse que a neutralidade da rede é importante para evitar práticas anticompetitivas. Ele contou que, nos primórdios da telefonia, as ligações eram completadas com auxílio de atendentes, o que acabou depois que uma funerária percebeu que todas as ligações para ela estavam sendo encaminhadas para uma concorrente.

Marivaldo de Castro Pereira, secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, disse que a neutralidade da rede é um conceito caro para o governo, autor do projeto. Segundo ele, o texto protege a neutralidade sem comprometer a qualidade e a segurança da rede.

— Hoje qualquer pessoa pode criar o seu blog, postar textos, notícias, ser produtora de conteúdo. A neutralidade tem impacto na democratização nos meios de comunicação.

Governo quer armazenar dados nacionais no Brasil

Atualmente, os dados dos internautas brasileiros estão armazenados em bancos de dados — os *data centers* — localizados fora do Brasil e estão sujeitos a legislação estrangeira. O governo quer incluir no projeto de Marco Civil da Internet a obrigatoriedade de que os dados sejam armazenados no Brasil, regidos pelas leis brasileiras.

A ideia foi defendida por Maximiliano Martinhão, do Ministério das Comunicações, durante a audiência de ontem. Marivaldo de Castro Pereira, do Ministério da Justiça, lembrou, porém, que o tema é polêmico.

— Estamos discutindo como viabilizar a guarda dos dados no Brasil. Mas o principal é garantir o sigilo dos dados para que a intimidade dos internautas brasileiros não

possa ser violada, ainda que essa violação seja autorizada por uma lei estrangeira — disse.

Segundo Jarbas Valente, conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o Brasil pleiteia que o tráfego internacional de dados não tenha que passar obrigatoriamente pelos Estados Unidos, como ocorre hoje. A implantação de *data centers* no Brasil, explicou, faz parte da discussão.

Nelson Wortsman, da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), disse que a legislação brasileira precisa ser amigável com as leis estrangeiras para facilitar a atuação das empresas. Alertou também para o atraso do país na definição de leis claras sobre a rede.

Espionagem torna projeto urgente, dizem senadores

As revelações de que o governo americano tem violado o sigilo de dados dos internautas brasileiros e espionado até mesmo a presidente da República tornam ainda mais urgente a votação de um projeto que resguarde a privacidade e a segurança da internet. Essa é a opinião do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), autor do requerimento que levou a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) a se anteciper à chegada ao Senado do projeto de Marco Civil da Internet (em tramitação na Câmara dos Deputados) e iniciar o debate a respeito do assunto. Duas audiências públicas foram realizadas no Senado, a última ontem.

— Os fatos atuais são desabonadores, demonstram claramente como estamos



Vital: "Fatos convocam o Congresso para uma posição enérgica"

atrasados no tempo e como estes anos de paralisia ou letargia na tramitação do marco civil na Câmara foram prejudiciais — avaliou o senador.

Valdir Raupp (PMDB-RO), que presidiu o debate de ontem, manifestou opinião semelhante.

— O que devemos tirar de ensinamento dessa espionagem é que o Brasil deve aperfeiçoar suas leis para que isso não aconteça — disse.

Proposta de legislação para a rede teve consulta pública

O projeto de Marco Civil da Internet foi apresentado pelo governo em 2011, tendo como base o documento *Princípios para a Governança e Uso da Internet*, do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), que passou por consulta pública entre 2009 e 2010. A proposta aguarda votação da

Câmara dos Deputados, onde é relatada por Alessandro Molon (PT-RJ). Depois de votado pela Câmara, o projeto virá para o Senado.

O texto reconhece que o acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania. Estabelece que a disciplina do uso da rede no país deve

ser norteadas pela defesa da liberdade de expressão e de manifestação do pensamento, pela proteção da privacidade e pela preservação da segurança, da estabilidade e da natureza participativa da rede.

Entre os direitos assegurados aos internautas, o projeto menciona a inviolabilidade

e o sigilo das comunicações, exceto em caso de ordem judicial; a não suspensão do acesso à internet, a não ser por falta de pagamento do serviço; a manutenção da qualidade prevista em contrato; a clareza e a transparência nos contratos; e a proteção dos dados de acesso e uso da rede.

Crescimento da rede

Na audiência, os debatedores apresentaram dados sobre o crescimento da internet

A cada segundo são publicados 100 mil tweets, 684 mil postagens no Facebook, 48 horas de vídeos são carregadas no YouTube e 571 sites são criados em todo o mundo.

Há 4 bilhões de usuários de telefonia móvel em todo o mundo. O tráfego de dados via smartphone cresce 103% ao ano no mundo.

25% dos internautas são responsáveis por 80% do tráfego de dados na rede.

Mais de 74 milhões de pessoas, em 3 mil municípios brasileiros, têm acesso à internet banda larga fixa. Há mais de 3,3 milhões de sites registrados com o endereço .br.

O comércio eletrônico em 2012 atingiu a marca de R\$ 22,5 bilhões de faturamento. São quase 32 milhões de usuários de comércio eletrônico no Brasil.

23% das operações bancárias são feitas via internet.

Nos próximos 5 anos, o tráfego de dados na internet deve triplicar e os conteúdos de vídeo representarão até 90% do volume.

Fontes: Sinditelebrasil e Ministério das Comunicações

A determinação foi anunciada pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, durante debate sobre a quem cabe determinar a cassação de parlamentar condenado: STF ou Congresso

Senado devolverá processos de perda de mandato enquanto não houver regra

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, disse ontem que não cabe ao Legislativo rever ou validar julgamentos. A declaração foi dada em meio ao debate sobre a responsabilidade de declarar a perda de mandato parlamentar, se do Supremo Tribunal Federal (STF) ou do Congresso.

— Os Poderes são autônomos. Nós vamos apreciar, entre os dias 16 e 20 de setembro, a proposta de emenda à Constituição [PEC 18/2013] do senador Jarbas Vasconcelos [PMDB-PE] que estabelece a perda automática de mandato para o parlamentar condenado, com sentença transitada em julgado. Antes disso, qualquer decisão [do STF] nessa direção nós vamos devolver porque, se a pessoa não tem direito político, como é que ela pode exercer um



Ao lado de Cícero Lucena (D), Renan Calheiros afirma que não cabe ao Senado rever julgamentos

mandato, ser mandatária do povo? Não dá mais para conviver, absolutamente, com isso — disse.

Na Câmara a polêmica envolve o deputado Natan Donadon (sem partido-RO), condenado e preso. Em 28 de agosto, os deputados decidiram, em votação secreta, manter o mandato de Donadon.

Na segunda-feira, uma liminar do ministro do STF Luís Roberto Barroso suspendeu os efeitos da

votação. O Plenário do Supremo terá a palavra final sobre o caso.

No Senado, a questão atinge o senador Ivo Casol (PP-RO), condenado a quatro anos e oito meses em regime semiaberto por fraudes em licitações. O parlamentar ainda está recorrendo da decisão.

Wellington Dias (PT-PI) reconheceu que a decisão da Câmara “causa constrangimento à nação”, porém manifestou

preocupação com uma possível interferência do Judiciário no Legislativo.

Walter Pinheiro (PT-BA) e Pedro Taques (PDT-MT) apoiaram a PEC 18/2013. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) defendeu o fim do voto secreto em cassação de parlamentar. Waldemir Moka (PMDB-MS) e Cyro Miranda (PSDB-GO) classificaram a manutenção do mandato de Donadon como constrangedora.

Câmara aprova PEC que acaba com o voto secreto

A Câmara aprovou ontem, por 452 votos a favor e nenhum contra, a PEC do Voto Aberto (349/2001), que acaba com o voto secreto em todas as votações, incluindo cassação de mandato. A medida vale para Câmara, Senado, assembleias estaduais e câmaras de vereadores. No Senado, para onde seguiu o texto, não haverá mais voto secreto, por exemplo, para indicações de ministros dos tribunais superiores e do procurador-geral da República. A medida vale também para o exame de vetos pelo Congresso. (Da Agência Câmara)

Ângela quer fim do voto secreto no Parlamento

Ângela Portela (PT-RR) se disse constrangida com a decisão da Câmara de manter o mandato de Donadon. Ela disse que isso demanda um “ponto final” no voto secreto dos parlamentares. A senadora lembrou que a manutenção do mandato gerou um impasse entre os Poderes e aumentou a distância entre a posição dos deputados e os anseios da sociedade.

— A rejeição foi imediata — afirmou.



Waldemir Barreto/Ag. Senado

Decisão da Câmara foi desastre político, diz Mário Couto

Para Mário Couto (PSDB-PA), a manutenção de Donadon foi um desastre político.

— Jamais na história do Brasil e da Câmara se viu um fato tão desgastante para os políticos. Isso é o resultado de uma trama que o governo impõe no Legislativo.

Couto disse que 131 deputados votaram pela “manutenção de um presidiário perigoso, um criminoso já com 60 dias na cadeia”.

Liminar de ministro do STF gera alívio, afirma Randolfe

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que a decisão do ministro Barroso de suspender os efeitos da sessão da Câmara que manteve o mandato de Donadon gera um alívio para a sociedade e um enorme constrangimento para o Parlamento.

— É constrangedor para o Parlamento ter os equívocos, toda vez, sendo retificados por parte do Supremo Tribunal Federal — afirmou.



Waldemir Barreto/Ag. Senado



Waldemir Barreto/Ag. Senado

Paim cita “momento democrático” vivido pelo PT

Paulo Paim (PT-RS) chamou a atenção para o processo eleitoral em curso nos diretórios municipais, estaduais e nacional do PT. Em discurso, ele disse torcer pela vitória dos melhores projetos, independentemente do candidato que saia vitorioso. Paim citou a importância do partido no cenário nacional.

— O PT está vivendo mais um momento democrático em sua história. No início era um sonho e hoje é uma realidade. Que a bandeira da rebeldia esteja tremulando sempre. Fizemos muito, mas há muito por fazer.

Cristovam pede que PT analise denúncia contra Agnelo

Em pronunciamento ontem, Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu ao Partido dos Trabalhadores que analise denúncia contra o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT), suspeito de crime contra a administração pública quando foi diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Para Cristovam, o PT trata a denúncia com “desprezo”, mas precisa investigar o caso a fundo.

Renan cobra votação de lista de projetos pelos deputados

O presidente do Senado, Renan Calheiros, cobrou, em Plenário, a votação pela Câmara de projetos já aprovados pelos senadores como parte da pauta prioritária estabelecida após os protestos populares de junho. Renan afirmou que são “proposições relevantes, cobradas e aguardadas pela sociedade”.

Na lista de matérias prioritárias, estão a exigência de ficha limpa para servidores públicos; mais facilidade para o exercício da iniciativa legislativa pela sociedade; a definição de organização criminosa; o fim da aposentadoria como punição para juízes e promotores; e o estabelecimento de novo rito de tramitação para as medidas provisórias.

Na pauta

- **PLS 204/2011**, de Pedro Taques (PDT-MT), torna hediondos vários crimes cometidos contra a administração pública, entre eles, a corrupção ativa e a passiva
- **PEC 3/2011**, de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), facilita a apresentação de projetos de lei de iniciativa popular
- **PEC 53/2011**, de Humberto Costa (PT-PE), torna mais severa a punição para juízes e integrantes do Ministério Público que tiverem cometido falhas graves, como envolvimento com corrupção
- **PLS 245/2011**, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), tipifica o crime de desaparecimento forçado
- **PEC 11/2013**, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), reduz de dois para um o número de suplentes de senador e proíbe a eleição de cônjuge ou parente para o cargo
- **PEC 6/2012**, de Pedro Taques (PDT-MT), prevê a exigência de ficha limpa para servidores públicos
- **PLS 105/2011**, de Ciro Nogueira (PP-PI), permite a inclusão de advogados no Simples

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Medida provisória confirmada ontem pelos senadores estabelece escolaridade mínima para ingresso na carreira do magistério superior e facilita a passagem de titulados para níveis mais avançados



Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro e Randolfe Rodrigues defendem opiniões na sessão que aprovou a medida provisória

Senado aprova doutorado para professor universitário

O PLENÁRIO APROVOU ontem o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 18/2013, oriundo da Medida Provisória 614/2013, que exige doutorado para ingresso na carreira de professor universitário e autoriza fundações de apoio à pesquisa a contratar entidades privadas. A passagem dos doutores e mestres para níveis avançados da carreira após três anos de estágio probatório também é facilitada. A redação da lei previa que, depois do prazo, o docente concorreria a essa promoção. Agora, será um direito garantido.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) registrou voto contrário, argumentando que a norma fere a autonomia universitária e cria uma “subcarreira” do magistério superior federal.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) citou proposta da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) para que universidades federais possam

seguir o padrão das universidades públicas do estado de São Paulo e permitir que o docente de dedicação exclusiva preste serviços por oito horas semanais.

Mudança no texto permite ao conselho superior da instituição autorizar o professor com dedicação exclusiva a fazer 120 horas anuais a mais de atividades remuneradas, além das 120 horas que já estavam previstas. Isso se o tempo for usado em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Palestras

O relator retirou do texto o limite de 30 horas anuais para atividades que impliquem o recebimento de cachê ou pró-labore pela participação esporádica em palestras, conferências ou atividades artísticas e culturais relacionadas à área de atuação do docente.

A autorização para convênios com entidades privadas

para auxiliar em projetos de ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico nas instituições federais de ensino superior e demais instituições científicas e tecnológicas foi incluída pelo relator, deputado Roberto Santiago (PSD-SP). Os convênios serão regulamentados pelo Poder Executivo, que estabelecerá critérios de habilitação das empresas.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) criticou o excesso de medidas provisórias, o que considera um desrespeito à autonomia do Congresso Nacional.

— Em que pese essa proposta não conter os habituais contrabandos, ela poderia ser alvo de projeto de lei. Vai chegar o instante em que o Congresso terá de se manifestar sobre isso — disse Cássio, lembrando a aprovação da MP 615, que classificou de “verdadeiro saco de gatos”.

(Com Agência Câmara)

Projeto que obriga colégio a ter biblioteca passa em comissão

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou um substitutivo ao projeto que obriga a criação de bibliotecas em todas as escolas de educação básica e a contratação de bibliotecários.

— As bibliotecas escolares são importante recurso auxiliar ao aprendizado, à consolidação do conhecimento acadêmico e geral e, ao cabo, ao exercício da cidadania —

afirmou o relator da proposta (PLC 28/2012), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

O senador apresentou um substitutivo ao projeto do deputado Sandes Júnior (PP-GO) para que a implementação das bibliotecas aconteça não só nas escolas públicas, mas também nas particulares. O prazo para aplicação da proposta foi alterado: em três anos, e não em cinco anos.

Faculdade comunitária poderá receber verba pública

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou o PLC 1/2013, que regulamenta o funcionamento das instituições comunitárias de educação superior. Pelo texto, as entidades são autorizadas a receber recursos públicos, que deverão ser aplicados na prestação de serviços gratuitos.



Atualmente, não há previsão legal para esse tipo de transferência.

O relator, Paulo Bauer (PSDB-SC), disse que o fato de Santa Catarina ter o maior número de universitários em relação à população se deve principalmente às instituições comunitárias.

A CE é presidida por Cyro Miranda (PSDB-GO, foto).

Reeleição para dirigentes esportivos deve ganhar limite

A tendência de dirigentes de entidades esportivas ficarem décadas no cargo pode estar com os dias contados. A Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou ontem o PLS 253/2012, que cria normas para reeleição e duração dos mandatos. A proposta, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), determina reeleição



única e mandatos de no máximo quatro anos. Ficam proibidas as eleições de cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção.

A relatora, Lídice da Mata (PSB-BA), precisou se ausentar devido a missão oficial e pediu que Cristovam Buarque (PDT-DF) fosse designado relator ad hoc.

Relator avalia incluir carreira de Estado na MP do Mais Médicos

O relator da comissão especial que analisa a Medida Provisória (MP) 621/13, que criou o Programa Mais Médicos, deputado federal Rogério Carvalho (PT-SE),



O deputado disse que pretende aperfeiçoar a MP em relação ao segundo ciclo de formação dos estudantes de Medicina que ingressarem nos cursos a partir de

afirmou que, se o colegiado julgar conveniente, incluirá na MP um artigo sobre a carreira médica de Estado e questões ligadas à Lei do Ato Médico (Lei 12.842/2013), que teve alguns artigos vetados pela presidente Dilma Rousseff.

O ponto mais polêmico da proposta do Ato Médico foi vetado: o que atribuía exclusivamente aos médicos o diagnóstico de doenças e a prescrição de tratamentos. Também foi vetada a parte da proposta que incluía os procedimentos invasivos entre os privativos de médicos.

2015. A MP prevê que os estudantes sejam obrigados a trabalhar por mais dois anos, após formados, fazendo treinamento exclusivo em atenção básica à saúde de urgência e emergência em hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS).

Rogério Carvalho pretende modificar a forma de avaliação dos médicos estrangeiros que quiserem atuar no Brasil. O deputado, no entanto, não adiantou quais serão as mudanças.

O presidente da comissão especial é o senador João Alberto Souza (PMDB-MA, foto). (Da Agência Câmara)

Ministro será convidado a falar sobre médicos cubanos

A Comissão de Educação (CE) aprovou um requerimento de Ana Amélia (PP-RS) para debater o termo de cooperação que resultou no contrato de médicos cubanos para trabalhar no Brasil. O termo foi firmado pelo Ministério da Saúde e pela Organização Panamericana de Saúde (Opas).

Serão convidados a falar no Senado o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e o representante da Opas no Brasil, Joaquín Molina.

A audiência pública será feita pela CE em conjunto com as Comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Assuntos Econômicos (CAE), de Direitos Humanos (CDH), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA), de Relações Exteriores (CRE) e de Ciência e Tecnologia (CCT).

Amorim critica excesso de secretarias de governo em Sergipe

Eduardo Amorim (PSC-SE) enumerou os principais problemas nas áreas de saúde, educação e segurança pública em Sergipe. O parlamentar disse que o estado, mesmo sendo o menor do país, “multiplica secretarias para abrigar aliados e eleva gastos com pessoal”, comprometendo 58% do orçamento.

— Sergipe tem mais secretarias do que São Paulo — comparou o senador.

Amorim apontou falhas na realização de transplantes para pacientes renais crônicos no estado e lamentou que Sergipe seja o único estado do Nordeste sem hospital especializado no tratamento do câncer.



Taques apoia condenação de envolvidos na chacina de Unai

Pedro Taques (PDT-MT) citou em Plenário a decisão da Justiça de Minas Gerais de condenar os três primeiros acusados pela chacina de Unai. Taques celebrou a condenação.

Em 2004, três auditores fiscais do Trabalho foram assassinados a tiros quando faziam fiscalização na região de Unai (MG). Segundo as investigações, os irmãos Norberto e Antério Mânica foram os mandantes. Os três primeiros condenados pela chacina foram Rogério Rios (94 anos de prisão), Wiliam de Miranda (56 anos) e Erinaldo Silva (76 anos).

— Ofender a vida de servidores públicos federais é ofender a própria existência do Estado. Naquele momento, os servidores públicos estavam exercendo a função de combate ao trabalho escravo naquela região.

Projeto que muda regras sobre atividades lesivas ao meio ambiente segue para a Câmara, caso não haja recurso para votação em Plenário

Madeiras ilegais apreendidas podem ser destinadas a fins sociais

A COMISSÃO DE Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem projeto de Mário Couto (PSDB-PA) prevendo que madeira apreendida pela fiscalização ambiental poderá ser doada a projetos sociais para construção de pontes, móveis escolares ou casas populares, entre outros. Pela norma em vigor, o destino são instituições científicas, hospitalares, penais e outras com fins beneficentes.

Aprovado em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 172/2007 agora segue direto para a análise da Câmara, se não for apresentado recurso, em cinco dias, para votação no Plenário.

A proposta modifica a lei que trata das sanções penais e administrativas sobre atividades lesivas ao meio ambiente (Lei 9.605/1998). O texto inicial previa a destinação à construção de casas populares. Emenda de Vanessa Grazziotin

(PCdoB-AM) ampliou a medida para que o poder público, por meio de definição de critérios, possa destinar o material a diversos fins sociais.

O projeto de Couto tramita em conjunto com o PLS 71/2009, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que restringe a doação da madeira ilegal ao município em que foi extraída ou apreendida, para utilização

em projetos destinados à população carente.

No parecer, Eduardo Amorim (PSC-SE), cujo relatório foi lido por Valdir Raupp (PMDB-RO), explicou que optou pela proposta de Couto por ser mais ampla. Raupp ressaltou que as iniciativas de fiscalização na Amazônia Legal geralmente exigem rápida destinação para que o produto não sofra

deterioração nos pátios dos órgãos públicos.

Flexa informou que as madeiras retiradas dos locais que serão alagados para a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte estão amontoadas, apodrecendo, enquanto o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) não decide sobre a destinação.



Blairo Maggi (E) preside a Comissão de Meio Ambiente, que aprovou a ampliação do destino das madeiras apreendidas

Projeto exige de empresas comprovante anual de ações sustentáveis

Empresas de capital aberto podem ser obrigadas a apresentar relatório anual de sustentabilidade, informando ações para redução de impactos ambientais decorrentes de atividades, programas sociais e boas práticas de governança corporativa.

A medida, prevista no PLS 289/2012, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), foi aprovada pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) e agora será examinada

pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) antes da votação final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Vital explicou que o relatório de sustentabilidade é considerado o principal instrumento de comunicação do desempenho socioambiental das organizações. Segundo ele, o documento é comum em vários países, mas no Brasil apenas uma em cada cinco companhias de capital aberto

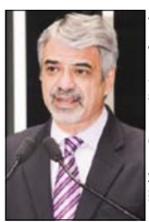
segue a prática — geralmente, por exigência dos investidores estrangeiros. O senador ressaltou o crescente interesse, no mercado financeiro, por empresas que adotam condutas ambientais, sociais e de gestão responsáveis. A divulgação do relatório de sustentabilidade, afirmou, tem influência direta no comportamento dos acionistas. Além disso, na opinião dele, é importante que os investidores saibam como o

capital aplicado na empresa é empregado em questões socioambientais.

Ao ler o relatório de Kátia Abreu (PSD-TO), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) informou que já existem protocolos para orientar os relatórios de sustentabilidade, como os da organização não governamental GRI (Global Reporting Initiative), do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Humberto destaca revitalização do Rio São Francisco

Em pronunciamento ontem, Humberto Costa (PT-PE) disse que a conclusão das obras de revitalização



Waldemir Barreto/Agência Senado

do Rio São Francisco é fundamental para a criação da infraestrutura que irá permitir o desenvolvimento do semiárido nordestino.

O senador lembrou que a obra vai beneficiar 12 milhões de pessoas em 391 municípios do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, sendo orçada em R\$ 8 bilhões e com conclusão prevista para 2015.

— A obra vai garantir ao sertanejo a possibilidade de viver em melhor condição, com acesso a água para consumo humano e atividades agropecuárias — disse.

Casildo defende foco na prevenção de desastres climáticos

Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu em pronunciamento ontem mais investimento na prevenção de desastres climáticos no Brasil, além de novas fontes de recursos.

O parlamentar foi relator da Comissão Especial de Defesa Civil do Senado e apresentou proposta de reformulação do Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap). Segundo ele, da forma como está, o fundo é “inócuo”, pois os recursos devem ser utilizados apenas em reconstrução.

— Lembro sempre que, para cada real aplicado em prevenção, são economizados outros dez na reparação dos estragos — assinalou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Blairo manifesta preocupação com a economia

Em discurso no Plenário ontem, Blairo Maggi (PR-MT) manifestou preocupação com a economia do país. Para o senador, a economia brasileira dá sinais de cansaço e “não surfa mais na boa onda” do cenário mundial. Blairo classificou como “errática” a condução econômica do governo.

Na visão dele, as medidas do governo não têm produzido riqueza efetiva nem gerado novos empregos. O parlamentar comentou que até o agronegócio tem sentido os efeitos da política econômica governamental.

— Se não fosse o agronegócio, o cenário estaria ainda pior — concluiu.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Cícero apoia MP que beneficia pequenos agricultores

Cícero Lucena (PSDB-PB) disse ontem que não medirá esforços para que a Medida Provisória 623/2013, sobre alívio imediato a dívidas dos pequenos agricultores, seja aprovada o mais rápido possível. A MP estende a cerca de 300 municípios os descontos que a Lei 12.844/2013 garante na liquidação de créditos rurais na região da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Cícero disse que a execução da dívida, como estava sendo feita, levava ao sacrifício de inúmeras famílias.

— Várias vezes denunciei nesta tribuna que, da forma com que o Banco do Nordeste estava procedendo, ia se tornar o maior latifundiário do país.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paim se solidariza com Dilma por espionagem dos EUA

Em discurso na segunda-feira, Paulo Paim (PT-RS) encaminhou um voto de solidariedade à presidente Dilma Rousseff, vítima de espionagem da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA, na sigla em inglês), de acordo com denúncia veiculada no dia anterior, no programa *Fantástico*, da TV Globo.

O senador aproveitou o pronunciamento para agradecer o convite recebido para ser jurado da escolha das soberanas da Festa da Uva deste ano, em Caxias do Sul (RS). Natural da cidade, ele lamentou não ter podido ir, por estar participando de atividade política em outro estado.



Waldemir Barreto/Agência Senado